



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
 SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 19515.004016/2010-08
Recurso n° Voluntário
Acórdão n° 2302-002.861 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de novembro de 2013
Matéria Auto de Infração: Obrigações Acessórias em Geral
Recorrente CONSTANCE CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do Fato Gerador: 24/11/2010

AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ.

A alegação de ausência de má-fé do contribuinte é irrelevante em matéria tributária, vez que a responsabilidade por infrações à legislação tributária independe da intenção do agente. Artigo 136 do Código Tributário Nacional.

JUROS DE MORA. TAXA SELIC.

Súmula CARF n° 4: A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.

JUROS DE MORA. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DURANTE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Súmula CARF n° 5: São devidos juros de mora sobre o crédito tributário não integralmente pago no vencimento, ainda que suspensa sua exigibilidade, salvo quando existir depósito no montante integral.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado

(assinado digitalmente)

LIEGE LACROIX THOMASI – Presidente

(assinado digitalmente)
ANDRÉ LUÍS MÁRSICO LOMBARDI – Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Liége Lacroix Thomasi (Presidente da Turma), Leonardo Henrique Pires Lopes (Vice-presidente da Turma), Arlindo da Costa e Silva, Juliana Campos de Carvalho Cruz, Bianca Delgado Pinheiro e André Luís Mársico Lombardi.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário contra decisão de primeira instância que julgou a impugnação do contribuinte improcedente, mantendo o crédito tributário lançado.

Adotamos trecho do relatório do acórdão do órgão *a quo* (fls. 184/191), que bem resume o quanto consta dos autos:

DA AUTUAÇÃO

Trata-se de Auto de Infração (AI) DEBCAD nº 37.313.478-9, lavrado pela Fiscalização contra a empresa em epígrafe, por infração ao disposto no artigo 32, inciso III, e parágrafo 11, da Lei n.º 8.212, de 24/07/1991, com redação da MP nº 449, de 03/12/2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27/05/2009, c/c artigo 225, inciso III, do Regulamento da Previdência Social (RPS), aprovado pelo Decreto n.º 3.048, de 06/05/1999.

De acordo com o Relatório Fiscal da Infração de fl. 111, na ação fiscal desenvolvida no Contribuinte acima identificado, determinada pelo Mandado de Procedimento Fiscal MPF 0819000 2010 01108-0, com as alterações posteriores, não foram apresentados todos os documentos e esclarecimentos necessários à fiscalização:

Ainda em conformidade com o Relatório Fiscal da Infração:

- O Contribuinte entregou a DIPJ com opção de tributação pelo Lucro Presumido, mas com valores zerados nos rendimentos e na apuração dos tributos e contribuições;*
- Durante ação fiscal, constatou-se que a distribuição de lucros ocorreu acima do limite permitido pelos critérios de apuração fixados para empresas que fizeram a opção pelo lucro presumido, e que os valores pagos acima deste limite tratavam-se de remuneração paga a contribuintes individuais sócios da empresa, a título de "pro labore", pelo serviço prestado à empresa;*
- Os valores pagos como distribuição de lucros foram identificados através da análise dos extratos bancários apresentados pelo Contribuinte, lançados a débito na conta, com o histórico de pagamento de salários, sendo que foi constatado que a empresa não possui empregados, conforme verificado nas GFIP's do período;*
- O Contribuinte foi intimado a esclarecer qual o motivo dos pagamentos, a que título eram pagos, e quem eram os beneficiários. A empresa informou que se tratavam de transferências aos sócios a título de distribuição de lucros. Informou também não ser possível identificar os beneficiários e*

respectivos valores de cada transferência, por não estarem na base de dados;

• **Apesar de intimada, a empresa também não apresentou todos os contratos de prestação de serviço e aditivos, com a vinculação ao sócio que efetivamente prestou o serviço.**

Conforme fl. 103 e o Relatório Fiscal da Aplicação da Multa, fl. 112, foi aplicada a multa de R\$ 14.317,78 (quatorze mil e trezentos e dezessete reais e setenta e oito centavos), conforme artigos 92 e 102 da Lei nº 8.212/91, e artigo 283, inciso II, alínea “b”, e artigo 373 do Regulamento da Previdência Social RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, na gradação estabelecida pelo artigo 292, inciso I do mesmo RPS, tendo em vista que o Contribuinte é primário, conforme termo de antecedentes anexo, e não incorreu em nenhuma circunstância agravante/atenuante. O valor foi atualizado de acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 333, de 29/06/2010, com alteração da Portaria Interministerial MPS/MF nº 408, de 17/08/2010, D.O.U. de 18/08/2010.

Foram anexados pela Fiscalização: IPC – Instruções para o Contribuinte, de fls. 104 a 105; VÍNCULOS – Relação de Vínculos, de fls. 106 a 110; Termo de Antecedentes, de fl. 113; Termo de Encerramento do Procedimento Fiscal – TEPF, fl. 114; AR– Aviso de Recebimento, fl. 115.

Também integram os autos: Mandado de Procedimento Fiscal e Prorrogações, fls. 02/04, 84/85; Termos de Início de Procedimento Fiscal, de Intimação Fiscal, de Ciência e de Continuidade da Ação Fiscal, de Constatação e Intimação Fiscal, AR's e respostas da empresa, fls. 05/10, 75/83, 86/94, 101/102; DIPJ 2007, fls. 11/19; Relato da Junta Comercial, fls. 20/48; Livro Caixa, ano de 2006, fls. 49/62; Extrato de Conta Corrente, fls. 63/74; cópia do Termo de Verificação Fiscal – Omissão de Receita IRPJ, fls. 95/100.

DA IMPUGNAÇÃO

Tendo sido cientificada do Auto de Infração em 27/11/2010, conforme AR à fl. 115, a Autuada impugnou o lançamento tempestivamente, conforme despacho de fl. 182, através do instrumento de fls. 117/121, com juntada dos seguintes documentos: (...)

(destaques nossos)

A 11ª Turma de Julgamento da DRJ do Rio de Janeiro I, como afirmado anteriormente, julgou improcedente a impugnação, mantendo o crédito tributário lançado (fls. 183/199).

A recorrente foi intimada da decisão em 06/11/2012 (fls. 203), apresentado Recurso Voluntário em 29/11/2012 (fls. 207/225), no qual alega:

* a lavratura decorreria do quanto apurado no 19515.003958/2010-61.

Portanto, deveria ser reconhecida a conexão,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 04/12/2013 por ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI, Assinado digitalmente em 04/

12/2013 por ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI, Assinado digitalmente em 05/12/2013 por LIEGE LACROIX THOMA

SI

Impresso em 08/01/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Processo nº 19515.004016/2010-08
Acórdão n.º 2302-002.861

S2-C3T2
Fl. 231

* que envidou todos os esforços a fim de dar cabal e integral cumprimento às intimações da Fiscalização, tanto que apresentou parte das informações e documentos solicitados. Assim, entende não haver motivação e nem ser razoável a aplicação da multa;

* quanto ao protesto da impugnação por diligência, perícia e juntada de novos documentos, discorda da fundamentação da decisão de primeira instância, aduzindo que, caso se mostrem necessárias, nos termos da Lei nº 9.784/99, devem ser deferidas;

* requer o afastamento da incidência de juros moratórios equivalentes à Taxa Selic;

* pleiteia seja suspensa a exigibilidade dos juros moratórios no período compreendido entre a interposição da impugnação e o julgamento do feito fiscal.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Relator André Luís Mársico Lombardi

Conexão. Alega a recorrente que a lavratura decorreria do quanto apurado no processo nº 19515.003958/2010-61, de sorte que deveria ser reconhecida a conexão entre os processos.

Como já destacado na decisão de primeira instância, o processo nº 19515.003958/2010-61 trata da falta de retenção e recolhimento do IRRF incidente sobre a mesma remuneração paga aos sócios a título de *pro labore*. Portanto, tributo completamente distinto daquele de que tratam os presentes autos.

Em verdade, pelo que consta dos autos, todas as lavraturas, inclusive aquela constante do processo nº 19515.003958/2010-61, decorrem dos fatos apurados no processo nº 19515.003304/2010-37, que trata do IRPJ e reflexos incidentes sobre omissão de receita apurada e sobre os depósitos bancários de origem não comprovada (presunção de omissão de receitas). De novo, tributo de espécie diversa daquela de que versam os presentes autos.

Aliás, cumpre destacar que não se tem notícia de que a recorrente tenha impugnado, no Auto de Infração nº 19515.003304/2010-37, estes fatos originários, dos quais decorreram não só os Autos de Infração relativos às contribuições previdenciárias, mas também o suscitado processo nº 19515.003958/2010-61.

De toda sorte, sendo tributos de natureza diversa, com regulamentações amplamente distintas, mesmo havendo origem fática comum, nada há que justifique ou determine o reconhecimento da conexão entre o processo nº 19515.003958/2010-61 e os Autos de Infração relativos às contribuições previdenciárias. Demais disso, o processo verdadeiramente originário é o de nº 19515.003304/2010-37, que, como visto, trata do IRPJ e reflexos incidentes sobre omissão de receita apurada e sobre os depósitos bancários de origem não comprovada (presunção de omissão de receitas).

Ausência de má-fé. Motivação. Alega a recorrente que envidou todos os esforços a fim de dar cabal e integral cumprimento às intimações da Fiscalização, tanto que apresentou parte das informações e documentos solicitados. Assim, entende não haver motivação e nem ser razoável a aplicação da multa.

Cumpre chamar a atenção para o fato de que a imposição de penalidade pelo descumprimento de obrigação tributária tem natureza eminentemente objetiva e decorre da simples violação da norma previdenciária, sendo irrelevante para a sua configuração a investigação do dolo ou culpa do agente infrator.

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

(...)

Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

A investigação do elemento subjetivo da conduta infracional se mostra totalmente desnecessária à imputação da responsabilidade por infrações à legislação tributária, vez que esta ostenta natureza eminentemente objetiva.

Ademais, é preciso reconhecer que as afirmações da recorrente tornam incontroverso o fato de que não apresentou todos os contratos de prestação de serviço e aditivos, com a vinculação ao sócio que efetivamente prestou o serviço.

Destarte, resta patente a infração ao art. 32, III, da Lei nº 8.212/91.

Protesto por provas. A recorrente, quanto ao protesto feito na impugnação por diligência, perícia e juntada de novos documentos, discorda da fundamentação da decisão de primeira instância, aduzindo que, caso se mostrem necessárias, nos termos da Lei nº 9.784/99, devem ser deferidas.

Primeiramente, deve-se ressaltar que a recorrente não especifica qual prova pretenderia produzir. Portanto, a divagação mostra-se meramente teórica, sem qualquer efeito prático, até porque nenhum documento foi carreado aos autos junto ou após a apresentação do Recurso Voluntário.

Quanto ao acórdão *a quo*, o decisório restringiu-se a ressaltar que a produção de provas deve atender ao artigo 16, § 4º, do Decreto nº 70.235/72, que já contempla o princípio da verdade material, excepcionando as situações em que a prova documental deve ser apreciada, mesmo tendo sido apresentada após a impugnação.

Sendo assim, seja porque a argumentação da recorrente está despida de qualquer repercussão concreta, seja porque o decisório, sem analisar qualquer situação fática, limitou-se a apontar a regra jurídica aplicável à situação hipotética, o inconformismo da recorrente deve ser rechaçado.

Taxa Selic. A recorrente requer o afastamento da incidência de juros moratórios equivalentes à Taxa Selic. Especificamente quanto à aplicação da Taxa Selic como juros moratórios tem-se a Súmula CARF nº 4:

Súmula CARF nº 4: A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.

Portanto, não há qualquer viabilidade jurídica para o acatamento, por esta instância recursal, do pleito da recorrente.

Juros Moratórios. Suspensão da Exigibilidade. A recorrente pleiteia ainda seja suspensa a exigibilidade dos juros moratórios no período compreendido entre a interposição da impugnação e o julgamento do feito fiscal.

A respeito do tema cumpre citar a Súmula CARF nº 4:

Súmula CARF nº 5: São devidos juros de mora sobre o crédito tributário não integralmente pago no vencimento, ainda que suspensa sua exigibilidade, salvo quando existir depósito no montante integral.

Portanto, da mesma forma, não há qualquer viabilidade jurídica para o acatamento, por esta instância recursal, do pleito da recorrente.

Pelas razões ora expendidas, CONHEÇO do recurso para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

É como voto.

(assinado digitalmente)
ANDRÉ LUÍS MÁRSICO LOMBARDI – Relator